

ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA POLÍTICA DOS ANOS 1970 E 1980

Bruno Rodas Oliveira

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Carlos Pinkusfeld Bastos

Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO: O artigo analisa, a partir da rearticulação de interesses entre classes e frações de classe sociais, a trajetória de enfraquecimento do Estado desenvolvimentista e de consolidação do projeto neoliberal no Brasil, que se deu em meio ao processo de reabertura política e de luta por uma Constituição socialmente menos excludente. Argumenta-se que, diferentemente do ocorrido nos países centrais, onde a transição ao neoliberalismo esteve ligada sobretudo à contenção da ascensão da classe trabalhadora, após anos de pleno emprego e ganhos salariais e sociais significativos no pós-guerra, no Brasil, tal processo, marcado pelo fortalecimento gradual de uma visão antiestatização desde o final dos anos 1970, se deveu acima de tudo a uma mudança de posicionamento e rearticulação de poder entre as frações de classe dominantes, num contexto em que a pressão externa pela adoção do receituário neoliberal foi crescente e determinante.

Palavras-chave: enfraquecimento do Estado desenvolvimentista no Brasil; transição ao neoliberalismo; economia política dos anos 1970 e 1980.

1 Introdução

O período do pós-guerra é caracterizado por uma naturalização de políticas intervencionistas tanto no centro do capitalismo, onde houve a conformação do “consenso keynesiano/*welfare state*”, como na periferia, com a preeminência do desenvolvimentismo. Isso num contexto de Guerra Fria, em que políticas de pleno emprego/proteção social nos países desenvolvidos e a industrialização/desenvolvimento dos países “atrasados” eram em parte “justificadas” pela necessidade de legitimação do sistema capitalista frente ao avanço do comunismo.

À medida que se aproxima dos anos 1980, no entanto, esse relativo consenso em torno do intervencionismo estatal vai se desfazendo, até ser finalmente substituído por um novo projeto hegemônico, neoliberal, que teve na eleição de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos EUA, seus momentos mais icônicos.

Como historicamente costuma ocorrer, boa parte dos países periféricos seguiu, com certa defasagem, a tendência no mundo desenvolvido, mas, diferentemente dos países aí inseridos, onde esse processo tinha como cerne a necessidade de se conter o fortalecimento razoável da classe trabalhadora, após anos de pleno emprego, aumentos salariais e elevados benefícios sociais, no Brasil,

o avanço do neoliberalismo esteve mais ligado a um rearranjo na configuração de poder entre as próprias classes e frações de classe dominantes, num contexto de pressões externas crescentes pela adoção do receituário neoliberal. Ainda que tenha, sim, havido um fortalecimento de movimentos operários e sociais desde o final dos anos 1970, complexificando o processo de consolidação de um novo projeto hegemônico.

A origem desse processo no país pode ser encontrada na segunda metade dos anos 1970, quando, em meio a mudanças no cenário internacional e ao II PND, acirram-se os conflitos intercapitalistas e ampliam-se as insatisfações da burguesia perante o governo, projetadas sobretudo na campanha antiestatização e no movimento pela redemocratização, formalizado no “Documento dos Oito”¹. Embora com pautas diferentes, ambos os movimentos pareciam ter como uma motivação comum e central a ampliação do acesso às esferas decisórias do governo, após seu maior fechamento a partir de 1974.

Ainda assim, ao menos até os primeiros anos do governo Sarney, ainda havia uma parcela razoável do empresariado industrial que defendia medidas de teor desenvolvimentista compatíveis com um maior intervencionismo estatal, refletindo em parte sua aliança com os economistas do PMDB/Unicamp, fortalecida no âmbito da luta pela reabertura política.

De forma mais clara após o fracasso do Plano Cruzado - num quadro de pressões crescentes oriundas dos países centrais -, até mesmo esses setores industriais internos passam, em geral, a adotar posições mais liberais, consolidando de vez a visão antiestatização (e um pouco mais tarde o projeto neoliberal), em ascensão no país desde meados dos anos 1970.

Em termos de teoria econômica, essa visão foi endossada pela ortodoxia macroeconômica, assim como por um fundamentalismo ideológico liberal para todo um conjunto de outras políticas econômicas (BASTOS; MELLO NETO, 2014), presentes nas análises de economistas ligados principalmente à FGV-RJ, USP e, um pouco mais tarde, PUC-RJ.

Ao mesmo tempo, houve um recrudescimento de movimentos operários e sociais desde o final dos anos 1970, que contribuiu para a garantia de importantes benefícios sociais na Constituição de 1988, num momento em que a tendência mundo afora caminhava em sentido contrário.

¹ Documento endossado e divulgado em 26 de junho de 1978 por oito dos dez empresários mais representativos, segundo consulta realizada pela *Gazeta Mercantil* no ambiente empresarial um ano antes. Expressava as reivindicações de tais empresários, entre as quais a redemocratização era central. Eram eles: “Claudio Bardella (ex-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base e diretor-presidente do grupo Bardella), Severo Gomes (ex-ministro da Indústria e do Comércio do governo Geisel e diretor-presidente do grupo Parahyba), José Mindlin (diretor da FIESP e diretor-presidente da Metal Leve S/A), Antônio Ermírio de Moraes (diretor-presidente do grupo Votorantim), Paulo Villares (ex-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia e principal diretor do grupo Villares), Paulo Vellinho (diretor da Associação Brasileira da Indústria de Eletro-Eletrônicos, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e diretor do grupo Springer-Admiral), Laerte Setúbal Filho (diretor presidente do grupo Duratex) e Jorge Gerdau Johanpeter (principal diretor do grupo Gerdau).” (CODATO, 1995, p. 82).

O presente trabalho pretende analisar justamente esse complexo processo de transição que culminou na consolidação de um projeto antiestatização/neoliberal no Brasil, em meio a um processo de redemocratização e de luta por uma Constituição socialmente menos excludente. Como já deve estar claro, pressupõe-se o processo de desenvolvimento econômico dentro do sistema capitalista como inerentemente conflitivo do ponto de vista das classes sociais.

À parte esta introdução, o trabalho apresenta mais 4 seções: na segunda seção será analisado o processo de transição ao neoliberalismo nos países centrais, bem como os principais impactos dessa transição sobre a periferia do capitalismo e especialmente o Brasil; a seção 3 tratará do acirramento de conflitos intercapitalistas e entre classes na segunda metade dos anos 1970; a seção 4 analisará o processo de consolidação da visão antiestatização, em meio à abertura política e à Constituinte; e uma quinta seção conclui.

2 Contexto Internacional

2.1 Transição ao Neoliberalismo nos Países Centrais

O período do pós-guerra é caracterizado pela conformação do consenso “keynesiano/*welfare state*” no centro e “desenvolvimentista” na periferia, num contexto de Guerra Fria e dominância internacional dos EUA no mundo capitalista. Ao lado do sistema de Bretton Woods e da dominância internacional dos EUA aí expressa, outras características-chave da estrutura institucional nos países avançados no pós-guerra (ou “instituições-núcleo” na terminologia de Kotz (1994)) seriam, de acordo com McDonough, Reich e Kotz (2010), o Estado keynesiano de *welfare/warfare*, a presença de sindicatos industriais fortes o suficiente para barganhar o nível salarial e as condições de trabalho, e uma nova ideologia, a da Guerra Fria.

De modo geral, esse quadro - refletindo as mudanças nas relações de força entre as classes sociais e blocos de poder internacional - viabilizaria elevadas taxas de crescimento e ganhos significativos à classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que se manteria uma relativa estabilidade nas relações capital-trabalho, ao menos até meados de 1960.

Conforme vai se aproximando o final dos anos 1960, esta situação de relativa estabilidade se reverte; assiste-se a um aumento considerável no nível de militância sindical e a um fortalecimento de movimentos estudantis e sociais, reduzindo-se o grau de “conformismo social” nos países avançados².

Esse processo – acirramento do conflito distributivo com elevação no ritmo de crescimento dos salários – levou, segundo Serrano (2004), a uma aceleração da inflação já antes do primeiro

² Isso fica claro na eclosão de diversos conflitos no mundo desenvolvido, sendo os mais notórios o “Maio de 1968”, na França, os “outonos quentes” de 1969, na Alemanha e na Itália, e as longas greves dos mineiros na Inglaterra, em 1973-74 (KORPI, 1991). No caso dos EUA, destacam-se as mobilizações contrárias à Guerra do Vietnã, assim como a radicalização dos trabalhadores negros e da juventude desempregada, projetada na explosão de protestos urbanos ao longo dos anos 1960 (PANITCH; GINDIN, 2012).

choque do petróleo, conforme o aumento nos salários nominais era repassado aos preços, ainda que tenham permanecido ganhos salariais reais no período. Como consequência disso (dos aumentos salariais), e da relativa estabilidade da margem nominal de lucros, cuja elevação era dificultada pela manutenção das taxas de juros nominais norte-americanas baixas relativamente aos aumentos na inflação, houve uma compressão, em diversos países e em diferentes intensidades, das margens reais de lucro e da parcela de lucros na renda (SERRANO, 2004). Isto, antes do aumento dos preços internacionais de matérias-primas em 1972 e do choque do petróleo em 1973.

Ainda que, de acordo com visões como a de Serrano (2004) e Cavalieri, Garagnani e Lucci (2004), o nível de investimento privado não pareça guardar uma relação direta com a parcela dos lucros na renda³, mas sim com o nível e o crescimento da demanda efetiva⁴, a redução das margens de lucro gera, isto sim, implicações políticas⁵ que podem levar indiretamente, via alterações na política econômica supostamente destinadas a controlar a inflação, à redução do crescimento econômico e ao aumento do desemprego, enfraquecendo o poder de barganha dos trabalhadores e, com isso, aumentando as condições gerais de rentabilidade.

Os interesses dos capitalistas necessitariam níveis relativamente altos de desemprego para manter os salários baixos e a disciplina nos locais de trabalho, o que seria alcançado mediante sua forte influência sobre as políticas do governo. Isto é, o acirramento do conflito distributivo e a aceleração da inflação tenderiam a trazer ao poder, nos países capitalistas democráticos, representantes mais afincos dos interesses das classes proprietárias, que logo restabeleceriam a “ordem” mediante políticas econômicas contracionistas.

Assim, a despeito de se ter observado um conflito distributivo relativamente moderado (nas duas primeiras décadas do pós-guerra nos países avançados), mesmo num contexto duradouro de níveis de emprego próximos ao de pleno emprego e significativos ganhos de bem-estar às classes mais baixas, os interesses das elites foram se explicitando cada vez mais nos discursos oficiais a partir do final dos anos 1960, a ponto de em 1970, um relatório da OCDE sobre política econômica⁶ chegar bastante perto de recomendar abertamente o aumento do desemprego como solução para a inflação e ao *profit-squeeze*. Segundo Korpi (1991):

In arguing for 'the urgent need to give higher priority to price stability', the OECD made the key observation that 'the problem of inflation arises in part from the very successes of post-war economic policies in other directions - notably in achieving high levels of employment'. Furthermore, the OECD recognized that 'giving higher

³ Para uma descrição detalhada e crítica dos modelos kaleckianos que admitem o crescimento *profit-led*, ver Serrano (2015).

⁴ Com efeito, ao final dos anos 1960, apesar de ter havido uma compressão das margens de lucros, gerando um acirramento do conflito distributivo e uma elevação da inflação, houve, também, uma aceleração do crescimento do produto nos principais países industrializados (SERRANO, 2004).

⁵ Kalecki (1983) já afirmava que, embora as classes proprietárias aceitassem intervenções restritas do governo na economia em períodos de recessão, a manutenção de políticas de pleno emprego e de ganhos significativos à classe trabalhadora no longo prazo encontraria forte resistência por parte destes segmentos da população.

⁶ Denominado “*Inflation: The Present Problem*”; incluía análises de influentes *policy makers* (KORPI, 1991).

priority to price stability means giving lower priority to something else' and that 'in a number of countries this may temporarily have to be' growth and employment. The first recommendation of the OECD for restoring price stability included the statement that 'excess demand should be eliminated and governments should be prepared, where necessary, to accept a temporary reduction in the rate of activity until there are signs that better price stability has been achieved'. (KORPI, 1991, p.335)

Conforme tal autor, o primeiro choque do petróleo desempenharia um importante papel, nesse sentido, de justificar a adoção de políticas contracionistas, ao atribuir a estas um suposto caráter inevitável frente a um evento externo, “neutro” do ponto de vista político interno aos países avançados. Além de mostrar, frente às brandas reações a isso, que o almejado aumento no desemprego não era tão perigoso politicamente quanto se esperava.

Em termos de teoria econômica, esse discurso foi endossado por análises ortodoxas a partir de 1973, segundo as quais o salário real estaria muito elevado e sua resistência a se ajustar (para baixo) às novas condições desencadeadas pelos choques externos que explicaria o nível mais alto de desemprego. Muitas dessas abordagens passaram a se basear, ademais, na ideia de que, a um dado momento, haveria uma taxa de desemprego que seria consistente com uma inflação estável - ficou conhecida como “*non-accelerating inflation rate of unemployment*” (NAIRU) -, sendo que, a partir do início de 1970, esta mesma taxa teria se deslocado a um patamar mais alto, de modo que o governo teria que simplesmente aceitar um nível de desemprego crescente, a fim de manter a inflação estável (KORPI, 1991).

O ponto é que se o acirramento do conflito distributivo e da inflação já vinha ocorrendo, o choque do petróleo em 1973 aceleraria este processo, além de gerar problemas de balanço de pagamentos nos países que não emitiam a moeda internacional, levando à adoção, de modo geral, porém em graus diferentes conforme o país, de políticas macroeconômicas contracionistas, que impactariam negativamente o crescimento econômico e aumentariam progressivamente a taxa de desemprego nos países avançados.

Este ambiente de instabilidade se veria ainda bastante agravado ao final da década de 1970: em meio às tentativas pelos países industrializados de se alterar o sistema financeiro e monetário internacional, reduzindo-se o poder assimétrico do dólar, Paul Volcker, que assume o *Federal Reserve* em 1979, eleva unilateralmente, neste mesmo ano, a taxa de juros norte-americana, o que, somado às consequências do recém-ocorrido segundo choque do petróleo, coloca a economia mundial num período de grande recessão econômica (com expressivo e contínuo aumento na taxa de desemprego) e inflação acelerada (SERRANO, 2004).

A contrapartida foi uma visível redução da taxa de crescimento do salário real na indústria manufatureira no período de 1973-82, sobretudo no Reino Unido e nos EUA, onde se torna negativa (CAVALIERI, GAREGNANI, LUCCI, 2004).

O ano de 1973 evidencia-se, dessa forma, como o *turning point* que marcaria o fim do compromisso de pleno emprego - imposto pelo trabalho ao capital - do pós-guerra, e o início de um período de transição ao neoliberalismo e da volta da utilização do desemprego como mecanismo de controle econômico e social (KORPI, 1991; SERRANO 2004; e CAVALIERI, GAREGNANI, LUCCI, 2004).

Em relação a esse aspecto, deve-se ressaltar o papel da projeção do poder americano – reconstruído sob novas bases a partir do colapso do sistema de Bretton Woods – sobre os demais países na órbita capitalista. Após o colapso de Bretton Woods em 1973, o contexto de crise expresso no déficit do balanço de pagamentos norte-americano (com déficit em transações correntes), na estagflação sobretudo na Europa e nas incertezas em relação ao novo regime de câmbio flutuante, foi interpretado por algumas abordagens como uma consequência da incapacidade dos EUA, a potência hegemônica, em conduzir o sistema econômico internacional, o que se refletia no enfraquecimento do dólar (GASPAR, 2015). Isso, também, devido ao cenário de fortalecimento conjuntural dos países europeus, espelhando a própria estratégia de apoio dos EUA à reconstrução após a guerra.

No entanto, a despeito da maior tensão entre tais países, o domínio norte-americano não chegou a ser seriamente desafiado, e logo restabeleceu-se com o rearranjo em seu papel no Sistema Monetário Internacional.

A consolidação do neoliberalismo faria parte, dentro deste quadro, da estratégia de reconstrução das bases materiais do “império americano”, e de restabelecimento do poder das classes dominantes, após o fortalecimento das classes subordinadas nos anos de pleno emprego do pós-guerra. Caberia aos EUA, dentro deste arranjo, criar as condições propícias para a acumulação capitalista globalizada, ao assegurar a estruturação dos demais países independentes como Estados capitalistas, com instituições e práticas legais, jurídicas, burocráticas e coercitivas, adequadas (GASPAR, 2015). No quadro de transição ao neoliberalismo nos EUA, isto se traduziu, dentre outros aspectos, em propagar e assegurar, principalmente nos demais países avançados, a estabilidade de preços e a contenção dos movimentos operários e sociais, aos poucos restaurando as condições de lucratividade, como visto.

Kotz (2015) classifica o período a partir de 1980 como uma “era neoliberal”, já que na economia capitalista dominante - EUA - houve uma significativa reestruturação neoliberal, e que os demais países tiveram que ajustar seu modo de operação ao novo sistema global, neoliberal, dominado pelos EUA⁷.

3.2 Impactos da Transição Neoliberal no Centro sobre a Periferia do Capitalismo

⁷ A esse respeito, Kotz (2015) nota que os “locais” onde provavelmente o neoliberalismo se estabeleceu de forma mais completa foram nas instituições da economia global, particularmente o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio.

A rearticulação de poder no centro do capitalismo e particularmente nos EUA, como mostrada acima, se traduziu na conformação de um núcleo de poder político (“complexo Washington-Wall Street” (WADE; VENEROSO, 1998)) representativo dos interesses dos capitais internacionalizados, não só americanos, mas em geral. Essa nova coalização de interesses, fundamentada nos ideais neoliberais, projetou-se numa nova estratégia de acumulação e num novo projeto hegemônico em favor dos capitais internacionalizados, sobretudo o capital financeiro (MEDEIROS, 2010).

Essas transformações se fizeram sentir em grande peso nos países recém-industrializados. É através da complexa relação de forças políticas estruturadas internacionalmente, que se formam os vínculos entre a economia mundial e as economias nacionais, ou ainda, as redes transnacionais a partir das quais se articulam alianças estratégicas entre agentes externos e internos (DINIZ, 2001). No contexto que foi se desenrolando ao longo dos anos 1980, os Estados nacionais se viram crescentemente vinculados a um sistema de poder de cunho supranacional, em que a influência das empresas transnacionais na estruturação das atividades econômicas internas de diversos países também tendeu a ser crescente.

Essas pressões em direção aos países periféricos foram favorecidas, ou até viabilizadas, pelo cenário de crise da dívida externa e de descredibilização da “ameaça comunista”, em meio à crise da URSS. As instituições da economia global como o FMI, o Banco Mundial e mais recentemente a OMC tornaram-se importantes canais pelos quais a influência liberalizante dos interesses externos era exercida sobre os países periféricos.

No caso do Brasil, isso se torna mais claro a partir do final de 1982, quando, impossibilitado de arcar com os compromissos externos, o país se “submete” ao FMI⁸. Sob supervisão deste organismo internacional, passa a ser crescente a pressão para a adoção de políticas econômicas ortodoxas que reduzissem a absorção interna, e para a revisão das estratégias de desenvolvimento da burguesia nacional e sua adaptação às novas demandas dos países desenvolvidos (BOITO JR., 1999). Esse movimento espelhava os interesses da burguesia multinacional dos países centrais, que viam na difusão do neoliberalismo uma oportunidade de ampliar sua lucratividade, explorando o atraso relativo, ou a heterogeneidade estrutural, dos países periféricos.

A abertura política em andamento nessa época no Brasil também deve ser enxergada como uma forma de adaptação do país à nova ordem econômica internacional, em que a hegemonia do capitalismo oligopolista internacional seria consolidada pela via “liberal-democrática”.

Algumas medidas do governo Geisel já vinham suscitando certo “desconforto” dos EUA perante o regime ditatorial que eles próprios ajudaram a instaurar. Em especial, a aproximação comercial em relação a países socialistas como China, Angola e Moçambique, a assinatura do Acordo

⁸ Visto que dependiam do aval deste para o reescalonamento da dívida e para a obtenção de novos empréstimos.

Nuclear com a Alemanha, os abusos em relação à questão dos Direitos Humanos, denunciados pela administração Carter, e o rompimento do Acordo Militar com os EUA (MACIEL, D., 1999), reforçando uma perspectiva nacionalista das Forças Armadas brasileiras, incômoda a este país. Ademais, o Brasil avançava significativamente no desenvolvimento de suas forças produtivas e em sua inserção no comércio internacional, ameaçando minimamente a relação assimétrica de dependência entre tais países. Isso, num momento em que os EUA vinham inclusive sofrendo déficits no balanço de pagamentos (EVANS, 1979).

Ao final dos anos 1980, essas pressões vindas de fora são acentuadas, contribuindo de forma determinante para a adoção no país das reformas liberalizantes, fundamentadas no “Consenso de Washington”. Na medida em que se modificou o regime macroeconômico e o tipo de inserção comercial no país houve, segundo Medeiros (2010), uma ruptura mais clara entre os interesses das grandes empresas e as estratégias industriais nacionais, centrais ao nacional desenvolvimentismo. Muitas das empresas promovidas pelo Estado desenvolvimentista, confrontadas com o novo cenário ou em parte deslocadas de seus mercados, passam a enxergar novas oportunidades de ganhos, a partir, sobretudo, da formação de *joint ventures* com empresas multinacionais e da participação (ou do controle majoritário) nos grandes negócios de privatização. Frente a isso, as pressões pela adoção do receituário neoliberal pelos EUA e pelas agências internacionais por eles dominadas, ao longo dos anos 1990, foram acatadas com entusiasmo, internamente, pelos grupos financeiros cosmopolitas (dolarizados) e pelas grandes empresas em geral (MEDEIROS, 2010).

É importante sublinhar, no entanto, que apesar das pressões externas, as elites dirigentes nacionais e suas coalizões de apoio político desempenham um papel crucial tanto na escolha das formas de inserção no sistema internacional quanto na definição das políticas a serem implementadas (DINIZ, 2001). E que isto irá depender da correlação de forças entre as classes e frações de classes sociais no país em questão.

A próxima seção buscará explorar justamente o papel das classes e frações de classes atuantes no Brasil ao longo de processo de transição que culminou no fim da ditadura civil-militar e, um pouco mais tarde, na consolidação do projeto neoliberal.

3 Acirramento dos Conflitos de Interesses no Brasil: 1974-1979

3.1 Conflitos Intra-Capital e Mobilizações Burguesas Durante o Governo Geisel

A configuração de poder forjada com o golpe civil-militar de 1964 se manteve relativamente estável até meados de 1970, a partir de quando começam a se acirrar os conflitos de interesses inclusive entre as classes e frações de classes dominantes que apoiaram o golpe de 64, ao mesmo tempo em que se fortaleciam a oposição partidária aos governos militares e os movimentos operários e sociais.

Deve-se notar, entretanto, que apesar de o II PND, lançado em fins de 1974, almejar a mudança do eixo dinâmico da economia para os setores de bens de capital e insumos básicos, o que obviamente foi acatado com entusiasmo pelo empresariado desses ramos, num primeiro momento (no lançamento do plano) não houve grandes conflitos com outras frações de classe dominante, ao menos entre aquelas ligadas à atividade industrial. Havia um aparente consenso entre estas últimas quanto à opção pela continuidade do crescimento com o II PND (contra a alternativa do ajuste) (MORAES, 2018). Somente um pouco mais tarde que esses conflitos se acirriariam propriamente. Se no início de 1974 parece ter havido um maior favorecimento dos interesses da fração interna ligada à indústria⁹, conforme o cenário internacional foi se modificando e sendo assimilado internamente, acentuam-se os conflitos intercapitalistas e nota-se um fortalecimento de posições mais liberais (às quais inclusive parte das frações industriais internas mencionadas passam a migrar), mais vinculadas aos capitais transnacionais e com maiores possibilidades de ganhos na esfera financeira.

Esses segmentos eram favoráveis à redução dos controles das atividades do capital externo, à maior liberdade para a circulação dos capitais e à flexibilidade em suas formas de aplicação.

A contrapartida foi um crescimento gradual, já visível então, da importância do setor financeiro no geral (mesmo dentro das empresas tidas como produtivas) e, particularmente, das frações bancárias do capital (nacionais ou transnacionais). Esse processo teria como base a elevação das taxas de juros, o estímulo à constituição de um mercado de capitais e o aumento da dívida pública, inclusive como reflexo da estatização da dívida privada (MORAES, 2018).

Nos anos 1980 tal tendência seria intensificada, seguindo o movimento internacional de liberalização de capitais, mas ao menos até meados dessa década, parte razoável do empresariado industrial ainda sustentava visões compatíveis com o ideário desenvolvimentista.

Conforme aponta Cruz (1992), a grande questão por trás do II PND foi que, apesar de ter essa base de apoio inicial, sua consecução foi prejudicada por uma excessiva fragmentação de poderes, isto é, tentou contemplar o interesse das distintas frações de classe dominantes, procurando ocultar os conflitos aí existente, e ao fazê-lo esbarrou em dificuldades em se manter a coerência das medidas. Os motivos disso serão explorados em maior detalhe um pouco mais abaixo, mas uma questão que para Cruz (1997) suscitava bastante discórdia (na virada de 1976 para 1977), particularmente entre as frações bancárias e as industriais, era a da taxa de juros, que se eleva significativamente, em termos reais, entre 1976 e 1978 (ver Carneiro (2002, p. 107, tabela 16)). Nas palavras de Dílson Funaro de dezembro de 1976, representante conhecido desse segundo grupo, estariam “transformando o Brasil no paraíso dos agiotas” (apud CRUZ, 1992, p. 53).

⁹ Para Moraes (2018) a fração interna a essa época era composta tanto por empresas tradicionais de consumo de massa quanto empresas de bens de capital.

Num espectro um pouco mais amplo, esses conflitos estariam projetados, segundo Cruz (1997), nas próprias divergências entre as posições do Ministério da Fazenda (tendo Mário Henrique Simonsen como ministro), mais voltadas às políticas de curto prazo, apresentando algum viés contencionista, e aquelas da Secretaria do Planejamento (SEPLAN)¹⁰, responsável pelos programas estruturais de desenvolvimento e onde o II PND, de fato, foi elaborado.

O fato é que houve uma crescente insatisfação das distintas frações da burguesia, a qual se viu projetada em dois emblemáticos movimentos no meio empresarial ao longo da segunda metade dos anos 1970: a campanha antiestatização e, posteriormente, a campanha pela redemocratização, formalizada sobretudo no que ficou conhecido como o “Documento dos Oito” (1978). Apesar das insatisfações e disputas em torno de questões pontuais na época do II PND – o nível de proteção à indústria nacional, os cortes em alguns programas de infraestrutura (reduzindo a demanda principalmente ao setor privado de bens de capital), a política econômica de certa forma errática, a taxa de juros, etc. -, que opunham diferentes setores das classes dominantes, um motivo mais geral e central por trás desses movimentos burgueses críticos ao governo Geisel parece ter sido, como se verá abaixo, a redução do acesso desses segmentos às esferas decisória de política econômica, a partir de 1974 (CODATO, 1995).

3.1.1 A Campanha Antiestatização

Segundo Cruz (1995), as manifestações antiestatização parecem surgir de forma mais organizada primeiro na imprensa liberal (como na revista “Visão” e no jornal “O Estado de S. Paulo”), para depois, a partir de meados de 1975, ser adensada por algumas entidades empresariais. Nesta primeira fase, os segmentos empresariais que parecem ter aderido de forma mais explícita à campanha foram o comercial e especialmente o financeiro. Ao menos inicialmente, setores como o da indústria de bens de capital parecem ter se oposto à campanha, enquanto outros como o da construção pesada, se mantido indiferentes (CRUZ, 1995).

Com efeito, o setor de bens de capital e as pequenas e médias empresas voltadas para o mercado interno pouco participaram a essa época (1974-1976), se participaram, da campanha contra a estatização, dado que seus interesses eram contraditórios aos desta, isto é, reivindicavam justamente maiores incentivos e proteção ao Estado (MORAES, 2008).

No caso da FIESP, a questão da estatização também não parecia ser uma pauta recorrente inicialmente, nos anos de 1974 e 1975 (MORAES, 2018). A partir de 1976, contudo, as menções ao tema da estatização se tornam bem mais frequentes e assumem outro tom não só na FIESP, mas dentro das entidades empresariais de São Paulo no geral, pelo menos até o final do governo Geisel. Particularmente dentro da FIESP, a crítica a uma suposta estatização excessiva passa a figurar como

¹⁰ Com João Paulo dos Reis Velloso à frente.

um dos principais tópicos em suas publicações. Mais especificamente¹¹, se referiam ao “gigantismo” das empresas estatais, ao elevado crescimento da carga tributária¹², à ingerência do governo na formação de preços (sobretudo pelo controle de preços através do CIP), ao monopólio na captação e alocação da poupança (por meio do BNDE/PIS/PASEP)¹³ e à maior centralização na condução da política econômica. Dentre outras pautas, se opunham, ainda, à concorrência de estatais em setores que seriam viáveis à iniciativa privada, caso tivessem incentivos do governo, e reivindicavam a privatização de algumas empresas estatais e um aumento na participação de representantes do setor privado nos núcleos decisórios de política econômica (para mais detalhes, ver Moraes (2018, p. 164)).

A respeito da argumentação sobre as empresas estatais, os trabalhos de Rodrigues (1990) e Abranches (1977) mostraram de forma consistente que dificilmente sua atuação concorria com a iniciativa privada, sendo, na maioria dos casos, inclusive complementar e funcional ao desenvolvimento desta última.

De fato, o último ponto levantado – a busca por maior participação nas esferas decisórias do governo - parece figurar como uma das principais motivações por trás da campanha antiestatização, como demonstrado em Codato (1995). Desde a reforma administrativa de 1974, que incluiu, no que tange a formulação e gestão de políticas públicas, a centralização e concentração de poder real na cúpula do aparelho do Estado¹⁴, esta pauta se tornou bastante frequente nos pronunciamentos empresariais, particularmente naqueles que criticavam o “excesso” de estatismo na economia (ver Codato (1995) para uma análise detalhada destas posições). Convém lembrar também que, como analisado na seção 2, internacionalmente já havia um movimento de fragilização das políticas mais intervencionistas que caracterizaram o pós-II Guerra Mundial.

3.1.2 O “Documento dos Oito”

Como visto, conforme se avança na segunda metade dos anos 1970, o governo Geisel não mais parecia capaz de sustentar os distintos interesses, muitos contraditórios entre si, das frações de classe dominante que inicialmente o apoiavam. É nesse contexto que surgem movimentos dentro da burguesia pelo fim do regime e pela redemocratização, como foi caso do “Documento dos Oito”, que contava com participação central da própria Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB), uma das principais bases de suporte no início do mencionado governo.

¹¹ Em documento entregue pela FIESP à SEPLAN em 1976 (MORAES, 2018).

¹² É curioso que a carga tributária bruta se manteve constante entre 1974 e 1975 (25,1% do PIB), enquanto a líquida se reduziu no mesmo período, de 16,3% para 15,7% do PIB (CARNEIRO, 2002, p. 101). Talvez estivessem considerando especificamente a redução nos subsídios, que caem de 2,7% do PIB, em 1975, para 1,6%, em 1976 (CARNEIRO, 2002, p. 101).

¹³ Mesmo que o BNDE direcionasse a maior parte dos recursos ao setor privado, criticou-se o fato de o governo ter o poder de priorizar o crédito a alguns setores, limitando o acesso a outros.

¹⁴ Além disso, tal reforma, que visava racionalizar a formulação e gestão de políticas públicas, levou também a mudanças importantes no organograma federal e à introdução de mecanismos e rotinas decisórias. A criação em meados de 1974 do Conselho de Desenvolvimento Econômico, onde seriam centralizadas as esferas de decisão de política econômica, foi bastante representativa disso (CODATO, 1995).

Efetivamente, segundo Brandão (2007), o relacionamento da ABDIB com o governo Geisel pode ser dividido em três fases. A primeira, ao longo do ano de 1974, é caracterizada pelo apoio irrestrito da entidade às medidas do governo (estabelecendo uma aliança ABDIB-governo Geisel); a segunda, compreendida entre 1975 e 1976, é marcada pelo início de uma posição mais crítica da ABDIB perante o governo¹⁵; e a terceira, entre 1977 e 1978, caracteriza-se pela intensificação das críticas ao governo (apesar da Resolução nº 09 do CDE¹⁶) - em função do descumprimento de certas garantias ao setor e da falta de uma política industrial mais definida, após o anúncio de cortes em programas de investimento em infraestrutura e da revisão de determinadas metas do II PND -, culminando no “Documento dos Oito”, que marcaria a ruptura na aliança ABDIB-governo Geisel.

A questão é que de fato a capacidade ociosa no setor de bens de capital se eleva e a taxa de crescimento da produção, que fora bastante satisfatória de 1974 a 1976 (13% a.a.), cai consideravelmente entre 1977 e 1980 (3,4% a.a.) (CARNEIRO, 2002).

Em termos mais gerais, a maioria dos signatários do “Documento dos Oito” pertencia ao setor de bens de capital e a totalidade deles era representante das frações monopolistas da burguesia nacional, ou se identificava com as posições destas.

Entre eles estava Severo Gomes – ex-ministro da Indústria e do Comércio e defensor aberto da indústria nacional -, que havia sido substituído nesta pasta em 1977 por um banqueiro (Ângelo Calmon de Sá) e entusiasta da abertura ao capital multinacional, inclusive no setor de bens de capital, até então relativamente protegido. Esse evento já espelhava de certa forma uma reviravolta na correlação de forças – em prejuízo de uma orientação industrial mais nacionalista - e sua projeção no aparelho do Estado (MACIEL, D., 1999), somando-se como mais um motivo de insatisfação da ABDIB perante o governo.

As reivindicações pela redemocratização e contrárias ao regime ditatorial vigente se veem claras, por exemplo, na seguinte passagem do “Documento dos Oito”¹⁷:

Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. E só há um regime capaz de promover a plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classe – o regime democrático. Mais que isto, estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros, se formos

¹⁵ Em geral apoiavam nesses anos a política industrial do governo, mas tinham o receio que a maior parte da importação substituída coubesse às empresas de capital estrangeiro e de que o governo não cumprisse a promessa de comprar do setor nacional, em vez de importar (ver Brandão (2007, p. 16 e 17)).

¹⁶ “A Resolução no 09 (março de 1977) estabelecia, entre outras, as seguintes determinações: 1) empresas e órgãos estatais só realizariam importações de máquinas e equipamentos somente quando não houvesse similar nacional; 2) realização de um esforço de progressiva nacionalização de componentes; 3) a preferência, em caso de consórcio para fornecimento, seria dada àquela sob liderança de empresas nacionais.” (BRANDÃO, 2007, p. 17).

¹⁷ Publicado como “Só a democracia absorve as tensões sociais”, *Folha de S. Paulo*, 27/06/1978, p. 20. Link: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6624&anchor=4321237&origem=busca&pd=0bf830cb96bdf57bcd74058365838fc5>. Acesso em: 05/05/2019.

capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade. (FOLHA DE S. PAULO, 27/06/1978, p. 20)

Uma observação importante a esta altura é que apesar de partirem de coalizações de interesses distintas entre as frações do empresariado (embora com interseções), tanto o movimento antiestatização visto acima, como o movimento burguês pela redemocratização pareciam ter como um objetivo norteador aumentar sua participação oficial nas esferas decisórias do governo, após o maior fechamento destas com a reforma administrativa de 1974 (CODATO, 1995). É sob este lema genérico que as duas bandeiras, distintas, acabaram se confundindo a partir de 1977/78. Isso pode ser depreendido dos pronunciamentos de importantes lideranças da campanha antiestatização (ver Codato (1995)) e, no que tange o movimento burguês pela redemocratização, particularmente na “Carta do Rio de Janeiro”, aprovada pela “IV Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP)”¹⁸, e no “Documento dos Oito”¹⁹. Neste último:

A efetivação de uma política industrial, nos moldes que estamos preconizando, supõe uma participação ativa do empresariado em sua elaboração. Os órgãos encarregados de sua formulação deverão abrigar representação dos industriais, que poderão assim emprestar sua experiência e conhecimento no desenho das grandes linhas daquela política, ainda que não interferindo nas decisões administrativas. (FOLHA DE S. PAULO, 27/06/1978, p. 20)

Nesses dois últimos documentos defendia-se a democracia, porém, apontava-se como caminho principal para isto um programa de restabelecimento da influência do empresariado sobre o processo decisório de política econômica, como se vê na passagem acima. Mesmo no que se refere à democratização, portanto, dificilmente o apoio de algumas frações da burguesia tinha algo a ver com valores de cidadania e inclusão social, ainda que no “Documento dos Oito” também reivindicassem a redução na desigualdade social, até por representar uma ameaça à estabilidade do sistema dominado por eles, ou à estabilidade social, como colocam²⁰, e também ampliar a demanda por determinados produtos industriais²¹. Cabe lembrar que a essa época as primeiras greves dos metalúrgicos no ABC Paulista já haviam eclodido e se espalhado em menor medida para outras categorias, como se verá um pouco mais abaixo.

O seguinte trecho de José Mindlin, vice-presidente da FIESP e um dos signatários do “Documento dos Oito”, reforça o ponto levantado²²:

¹⁸ Realizada em novembro de 1977 (CODATO, 1995).

¹⁹ Segundo Cruz (1992), era possível visualizar alguma tendência antiestatizante no documento, porém fugia aos lugares comuns dessa retórica.

²⁰ “(...) Todos sabemos que o processo de desenvolvimento econômico conviveu com desigualdades sociais profundas. Sabemos também que as origens dessas desigualdades são remotas e de natureza diversa. Mas devemos admitir que sua presença na cena brasileira se tornou crítica, pondo em risco, a longo prazo, a *estabilidade social* e exigindo, de imediato, soluções compatíveis com as exigências de uma sociedade moderna.” (FOLHA DE S. PAULO, 27/06/1978, p. 20).

²¹ “(...) A subida criteriosa dos salários reais significará um alargamento de mercado para o setor produtor de bens de consumo” (FOLHA DE S. PAULO, 27/06/1978, p. 20).

²² Assim como posicionamento de Theobaldo De Nigris, à época Presidente da FIESP, publicado originalmente em: “Empresários querem participar de decisões”. *Jornal do Brasil*, 10/09/1978, p. 18.

A questão da seletividade [das decisões de política econômica], por exemplo, deveria ser feita por um órgão de alto nível governamental. É um processo difícil. Mas deveria ter a participação do setor privado, de reconhecida idoneidade e espírito público, além do governo. As decisões deveriam ter a publicidade necessária e o órgão só poderia funcionar com portas abertas. (MINDLIN apud CODATO, 1995, p. 83)²³

No mais, a elaboração do “Documento dos Oito” contou com a participação de importantes economistas de oposição, possivelmente marcando um primeiro elo entre eles e o empresariado na luta pela democracia (CRUZ, 1992). Ainda que seja difícil captar o grau de influência dos primeiros no mencionado documento, o tom “benevolente” do empresariado deve ser matizado também por essa ótica, uma vez que expressava ao menos parcialmente a opinião de setores tradicionalmente progressistas.

3.2 Recrudescimento dos Movimentos Operários e Sociais

Se por um lado as pautas sociais do “Documento dos Oito” refletem em parte a visão progressista dos economistas de oposição participantes, por outro respondiam ao fortalecimento dos movimentos trabalhistas e sociais de então.

A necessidade de se conter um suposto fortalecimento excessivo da classe trabalhadora, como ocorreu em vários países centrais, pode não ter sido, no Brasil, uma questão determinante por trás do processo que culminaria na transição ao neoliberalismo, porém, houve, sim, uma intensificação das lutas populares, “complexificando efetivamente o processo de direção e de construção de hegemonia” (FONTES, 2010, p. 227).

O próprio distanciamento dos interesses de determinadas frações de classe dominante em relação à orientação da política de Estado induziu o governo a ações mais moderadas perante as classes trabalhadoras (SAES, 2001). É nesse contexto que eclodiria o movimento grevista concentrado no ABC paulista. Tais mobilizações contribuíram para a conquista de maior liberdade sindical, de modificações na política salarial, do direito de greve, assim como para o processo de abertura política gradual que vinha ocorrendo (SADER; SANDRONI, 1980).

O desconforto no meio empresarial tornou-se evidente. Num primeiro momento, alguns setores da FIESP chegam até a se posicionar a favor do aumento salarial (por aumentar a demanda), assim como a elogiar o fato de o movimento não carregar um componente político/ideológico forte. A partir de 1979 (seguindo nos anos 1980), no entanto, a postura mais geral da federação se torna mais crítica, à medida que as discussões no interior dos movimentos se tornam mais politizadas, propondo-se, inclusive, a criação de um partido dos trabalhadores. Tanto que sua orientação às empresas associadas em 1979 era a de não pagar as horas paradas de greve, demitir grevistas, e expor os trabalhadores envolvidos à repressão do Estado (BIANCHI, 2004).

²³ Originalmente em: “Estamos prontos para correr os riscos”. *Folha de S. Paulo*, 13/12/1978, p. 19.

Mas vale acrescentar que, embora o inconformismo no meio operário e popular fosse grande no final dos anos 1970/início dos 1980, como exemplificado no número razoavelmente alto de greves, a desorganização crônica, para a qual o sindicalismo oficial (de Estado) contribuía significativamente, impedia maiores ganhos e influência dos trabalhadores no Estado (ver Boito Jr. (1991) e Saes (2001) a este respeito).

Ainda assim, o ponto é que os movimentos operários e a maioria dos movimentos sociais em ascensão a partir do final dos anos 1970 tinham um caráter popular e dessa forma representavam uma fonte de resistência contra-hegemônica. Além das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tais movimentos sociais projetavam-se nas Associações de Moradores, em associações de pequeno porte antirracistas, antissexistas e antiautoritárias, assim como nas ONGs, cujo foco estava na luta pela redemocratização (FONTES, 2010). Outro importante movimento fortalecido a partir da segunda metade da década de 1970 foi o sanitarista, que veria parte de suas demandas concretizadas na Constituição de 88.

4 Transição nos Anos 1980: Fortalecimento da Visão Antiestatização em meio à Abertura Política e à Constituinte

4.1 Aliança “Economistas Críticos” - Frações do Empresariado Industrial: Resiliência do Desenvolvimentismo

Após o acirramento dos conflitos intra-capital e entre as classes sociais na segunda metade dos anos 1970, a década de 1980 seria caracterizada como um período de transição ao final do qual uma nova configuração de poder e institucional já estaria mais consolidada.

O elo entre economistas de oposição e empresários seria reforçado no início dos anos 1980, quando a entrada de tais economistas nos meios patronais se amplia, as relações entre as duas partes se adensam e tornam-se formais (CRUZ, 1992). Tal foi o ocorrido na FIESP, que passou a acolher importantes economistas de oposição, como Luiz Gonzaga Belluzzo e Luiz Carlos Bresser Pereira, em seu recém-criado Conselho Superior de Economia²⁴.

Os estudos e propostas aí formulados eram divulgados por meios como a revista mensal da FIESP (1974-1985) “Indústria e Desenvolvimento”²⁵. É possível visualizar tendências distintas pelas publicações da revista e posicionamentos em geral da FIESP na primeira metade dos anos 1980, mas de um modo geral o movimento caminha no sentido de certo apoio a políticas mais intervencionistas, enquanto garantiam crescimento relativamente elevado, para uma posição mais liberal, crítica ao Estado interventor, após o agravamento e continuidade da crise (MORAES, 2018).

²⁴ No início de 1982, Belluzzo já fazia parte do Conselho Superior de Economia da FIESP, conforme editorial de O Estado de S. Paulo (12/01/1982, p. 3), que avalia de forma positiva a reestruturação no mencionado conselho. Além de diversos empresários, tal conselho contava também, a essa época, pelo lado dos economistas, com a participação de Adroaldo Moura da Silva e de Mário Henrique Simonsen.

²⁵ Tais revistas podem ser encontradas/consultadas em sua íntegra na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Isso não quer dizer que os economistas heterodoxos que participaram do Conselho Superior de Economia da FIESP nessa época, particularmente o Belluzzo, endossassem esse último tipo de posicionamento. O conselho apresentava um corpo bastante heterogêneo, como se pode ver na escolha de economistas de visão tão distantes como Belluzzo e Simonsen, para não falar de empresários de distintas estirpes. No início dos anos 1980, Mello e Belluzzo (1983)²⁶ ainda criticavam abertamente a campanha antiestatização e frisavam a importância do papel das estatais para a dinâmica da economia²⁷:

(...) A campanha ensandecida contra as empresas estatais, a pretexto de defender a empresa privada, é fruto, simultaneamente, da ignorância acerca de seu papel na estrutura e dinâmica da indústria brasileira e da má fé ditada pelos interesses escusos dos que se propõem a internacionalizá-la, a preços de ocasião. (MELLO; BELLUZZO, 1983, p. 20)

Ainda assim, é importante assinalar que houve essa aproximação de economistas de oposição a setores empresariais que abertamente se manifestavam contra uma estatização supostamente excessiva e que acreditavam que o protagonismo no processo de desenvolvimento/crescimento econômico deveria repousar no setor privado.

Num quadro mais geral do empresariado, em 1983 ainda era possível encontrar posturas com um viés mais desenvolvimentista, possivelmente refletindo (ao menos em parte) o vínculo que foi se criando com os economistas de oposição. Isso fica claro no que ficou conhecido como “Documento dos Doze”²⁸, desse mesmo ano. As propostas aí avançadas pelos empresários novamente estavam bem próximas àquelas dos “economistas críticos” filiados ao PMDB, a ponto de Bresser-Pereira (1983, p. 1) afirmar que na área econômica tal documento “reproduz quase todas as posições e propostas que os economistas e dirigentes do PMDB vêm fazendo”, e que “(...) o documento do PMDB publicado no ano passado como uma alternativa de política econômica, Esperança e Mudança, guarda estreitas relações com o Documento dos 12”²⁹.

Em linha com o “Documento dos Oito”, o “Documento dos Doze reforçava, ademais, a necessidade de um processo de redemocratização. É importante deixar claro que isso não significava uma ruptura com os militares, ou mesmo que tais frações do empresariado (com posturas compatíveis com o ideário desenvolvimentista) fossem essencialmente contra o regime civil-militar no país ou

²⁶ Trata-se de uma introdução ao livro “Brasil x FMI: a armadilha da recessão”, realizado a pedido do Fórum da Gazeta Mercantil – assim como o “Documento do Oito” – para analisar a crise econômica dos anos 1980.

²⁷ É curioso que um pouco mais tarde essa visão, pelo menos da parte de Belluzzo, parece ter sido revista: “Ninguém pode negar que o processo de estatização avançou sem controle nos últimos vinte anos (...)” (BELLUZZO; ALMEIDA, 1992, p. 43-44).

²⁸ Semelhantemente ao “Documento dos Oito”, constituiu-se num conjunto de propostas, reivindicações, assinado por doze empresários mais influentes da época (eleitos no Fórum Gazeta Mercantil, em 1983), muitos dos quais também signatários do primeiro documento.

²⁹ O documento do PMDB (1982) “Esperança e Mudança”, de outubro/novembro de 1982, contava com a participação em seu Conselho Editorial, dentre outras pessoas, de João Manuel Cardoso de Mello, José Serra e Maria da Conceição Tavares.

regimes autoritários em geral. De acordo com Dreifuss (1989), antes de um rompimento com os militares, tratava-se de um realinhamento destes segmentos, que, de fato, permitiria e orientaria o processo de transição que havia nascido no interior do próprio sistema dominante.

A opção “democrático-liberal” não só era vista como uma forma de ampliar a influência desses segmentos burgueses nos núcleos de decisão, após certo “fechamento” no governo Geisel, como seguia o movimento dos países no centro, adaptando-se aos interesses dos capitais transnacionais aí sediados.

Na prática, em verdade, até chegar ao ponto em que a visão antiestatização predominava em quase todos os segmentos empresariais, é possível distinguir, em meio à crise econômica e à questão sucessória, dois discursos opostos que emergem à medida que se chega em meados dos anos 1980, ambos contando com o apoio de segmentos do empresariado: um neoliberal e outro desenvolvimentista.

O primeiro grupo incluía lideranças ligadas principalmente à agroexportação e ao empresariado comercial e financeiro, e contava, ainda, com intelectuais orgânicos, muitos dos quais com passagem pelos governos militares e a maioria com vinculação acadêmica à FEA-USP e/ou à FGV-RJ. Reproduziam, já a essa época, temas em evidência no centro do capitalismo após a ascensão de Thatcher e Reagan, tais como a defesa da desregulamentação da economia, as privatizações e o crescimento capitalista impulsionado pelo empresariado inovador, livre da tutela estatal (SALLUM JR., 1996; BIANCHI, 2004). Como forma de difundir tais ideias foram inclusive criados, em 1983, por empresários do Rio de Janeiro, os chamados Institutos Liberais. Embora não se apresentassem como associações de empresários, mas sim associações civis, tais institutos eram constituídos e financiados majoritariamente por empresários, em especial os do setor financeiro (DREIFUSS, 1989; BIANCHI, 2004; BOITO JR., 1991).

Os grandes bancos já se identificavam, a essa época, com a ideologia e medidas neoliberais e tentavam difundi-las às outras frações da burguesia. Conforme Boito Jr. (1999), a defesa da privatização, da abertura comercial, entre outras pautas neoliberais, era feita pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) desde o governo Figueiredo.

A defesa de medidas de teor desenvolvimentista, por outro lado, partia em grande parte dos economistas do PMDB/Unicamp e encontrava apoio sobretudo nos setores internos ligados à indústria (CRUZ, 1992). Com a saída de Dornelles da Fazenda (em agosto de 1985) e a entrada de Dílson Funaro, os economistas do PMDB passam a ter maior espaço no governo, entre eles Cardoso de Mello e Belluzzo, presidindo a equipe do Ministério, e que já haviam trabalhado na Secretaria do Planejamento e na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (entre 1969 e início dos anos 1970) sob a direção de Funaro. Este último, ele próprio empresário, sempre manteve fortes vínculos com a

FIESP, tendo inclusive chegado à vice-presidência de tal entidade. Reforça-se, nesse momento, portanto, as relações entre alguns “economistas críticos” e setores empresariais que sempre tiveram, em maior ou menor medida, representatividade nas esferas do governo.

Mas se por um lado havia esse último tipo de discurso dentro do governo - expresso no documento “A Nova Política Industrial da Nova República”, de dezembro de 1985 -, coerente com os preceitos desenvolvimentistas e embasado por economistas mais heterodoxos, por outro, as medidas aí propostas dificilmente se concretizaram. Em junho de 1987, como aponta Cruz (1992), a “nova política industrial” é explicitamente rejeitada por Sarney (até como resposta ao fracasso do Plano Cruzado, endossado pelos mencionados economistas heterodoxos), e as novas propostas passam a se aproximar cada vez mais do receituário neoliberal: a solução para garantir a modernização do parque industrial no país repousaria em medidas como a maior abertura da economia, a redução nos entraves burocráticos à atividade empresarial, uma maior flexibilidade nas relações com o capital externo, etc. (CRUZ, 1992).

Em termos de teoria econômica, data desse mesmo período o distanciamento mais claro que passou a haver entre os dois principais grupos de economistas por trás da política econômica do Plano Cruzado: os da Unicamp e os da PUC-RJ. Um evento em especial no qual isso se explicitou foi a Reunião de Carajás, convocada em junho de 1986 para discutir as dificuldades de tal plano. Sem chegar a um consenso, o primeiro grupo de economistas (Unicamp) defendia a criação de uma *holding* para centralizar os investimentos públicos e com isso retomar a trajetória de crescimento sustentável, enquanto os economistas da PUC-RJ frisavam a necessidade da adoção de medidas de contenção da demanda (BASTOS, 2001)³⁰. A partir daí este receituário ortodoxo clássico - cuja eficácia era vista como limitada nas primeiras formulações da PUC-RJ, baseadas na teoria inercial da inflação - torna-se central nas análises de seus economistas, como seria exemplificado na construção e execução do Plano Real. A isto se somaria, ainda, um fundamentalismo ideológico liberal para todo um conjunto de outras políticas econômicas (BASTOS; MELLO NETO, 2014), afirmando tais economistas, junto àqueles ligados principalmente à FGV-RJ e USP, como intelectuais orgânicos do neoliberalismo.

De certa maneira, pode-se dizer que o Plano Cruzado figurou como um ponto de inflexão, a partir do qual mesmo os setores industriais internos que o apoiaram³¹ e que compactuavam, de um modo geral, com as visões mais desenvolvimentistas dos “economistas críticos”, passam cada vez mais a aderir ao projeto neoliberal, que vai, aos poucos, tomando forma.

³⁰ Conforme Bastos (2001), é curioso, ainda, que nenhum dos grupos tenha focado suas atenções no problema que de fato era central, a saber a deterioração das contas externas e seu impacto no andamento do plano, isto é, sobre sua capacidade de estabilizar a economia.

³¹ Por exemplo, os líderes industriais da FIESP e da FIERJ. Pelo lado das posições mais críticas ao plano, destacam-se a da Associação Comercial de São Paulo e de seu presidente, Afif Domingos, assim como a dos líderes do setor financeiro (BIANCHI, 2004).

4.2 Consolidação da Visão Antiestatização em Meio à Abertura Política e à Constituinte

Após o fracasso do Plano Cruzado (e Cruzado II), boa parte desses segmentos industriais (que ainda mantinham uma visão até certo ponto compatível com o intervencionismo desenvolvimentista) se afasta do governo, explicitando seu descontentamento e reivindicando novos caminhos, em que se priorizaria a “economia de mercado” em detrimento do dirigismo estatal. Assim é colocado em carta a Sarney, assinada pelo novo presidente da FIESP, Mario Amato, e por diversas outras entidades empresariais, em janeiro de 1987:

(...) sente que é chegado o momento de se pensar em um novo ordenamento do Programa de Estabilização Econômica, substituindo o regime da economia dirigida pelo da economia de mercado, a vontade burocrática pelo sistema da livre competição e da eficácia. (AMATO et al., 1987, p. 4 apud BIANCHI, 2004, p. 199)

Vale lembrar que a esta altura o neoliberalismo já se encontrava bastante consolidado no centro do capitalismo, especialmente na Inglaterra e nos EUA, e que sua influência sobre o Brasil e as economias periféricas em geral era crescente e se dava por diversas frentes. A começar pelas instituições da economia global, como o FMI, num cenário de renegociações da dívida externa. Sob supervisão deste organismo internacional, a burguesia industrial nacional se viu crescentemente pressionada a rever suas estratégias de desenvolvimento e a se adaptar às novas demandas dos países desenvolvidos. Um exemplo desse tipo de pressão vinda de fora foi a exigência pelo governo Reagan de que se liquidasse a reserva de mercado para a indústria nacional de informática (BOITO JR., 1999).

Nos debates da Assembleia Constituinte nota-se ainda mais claramente um afastamento da burguesia industrial interna em relação à visão desenvolvimentista dos “economistas críticos”, e a construção gradual - mas não a finalização - de uma alternativa neoliberal. Esta agenda foi se tornando cada vez mais consensual à medida que se aproxima dos anos 1990, unificando as frações da burguesia industrial, comercial, agrária e financeira (BIANCHI, 2004).

O livro da FIESP (1990) “Livre para Crescer: Proposta para um Brasil Moderno”, com base em debates dos economistas de seu Conselho Superior de Economia e intelectuais convidados, entre maio de 1989 e janeiro de 1990, é emblemático desse processo: sua elaboração contava com a presença majoritária de economistas liberais (boa parte da FEA-USP); e o texto propunha de forma bastante explícita medidas como a privatização de empresas e serviços estatais, assim como a abertura do mercado às importações. Fora isso, a crise da época era aí atribuída, em grande parte, assim como diagnosticado pelo governo Collor, ao gigantismo e ineficiência do Estado e ao elevado grau de autarquia da economia (BIANCHI, 2004).

As reformas liberalizantes fundamentadas no “Consenso de Washington” viriam selar o recuo na participação do Estado na economia e a preeminência do neoliberalismo no país. As frações internas das classes dominantes que conseguiram tirar vantagem desse novo quadro, a partir de sua integração aos grandes grupos transnacionais, passaram a representar uma fonte de resistência às

políticas desenvolvimentistas que buscassem maior autonomia nacional e redução da heterogeneidade estrutural, e a defesa dos interesses estritamente industriais passa a se restringir cada vez mais a setores mais dependentes do mercado interno, e com menores capacidades de ganhos no setor financeiro e de associação ao capital internacional (MORAES, 2018). A partir daí é possível se falar em uma ruptura entre os interesses das grandes empresas e as estratégias industriais nacionais, centrais ao nacional desenvolvimentismo (MEDEIROS, 2010).

Mas apesar dessa nova coalizão de interesses, a Constituição de 1988 incluiu importantes benefícios sociais, num momento em que a maioria dos países centrais caminhava em direção contrária. A instituição de um sistema de saúde universal (Sistema Único de Saúde) é bastante simbólica desse processo³².

Esse aspecto parece refletir ao mesmo tempo certo vácuo de organização política pela direita, e o fortalecimento dos movimentos sociais, mais visível desde o final dos anos 1970. Referente ao primeiro caso, os partidos conservadores se aglutinavam apenas circunstancialmente e apresentavam uma série de desavenças regionais, locais, pessoais, entre outras (DREIFUSS, 1989). A fragmentação de interesses e partidária da direita, espalhada no PDS, PFL, PMDB, PTB, PDC e PL, dificultava uma construção política sistemática e limitava, até certo ponto, as chances de o empresariado concretizar suas reivindicações, através de tais partidos, na Constituinte.

Mas o empresariado tentou, ainda, forjar uma unidade de ação e resistência às pautas da esquerda através do “Centrão”. Na prática não existia “centro” no espectro político, mas a caracterização como tal evitava possíveis perdas políticas que o enquadramento como “direita” poderia acarretar nos meios populares. Por trás dessa articulação estavam algumas importantes organizações empresariais, tais como a União Brasileira dos Empresários (UBE), reunindo líderes das Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio, da Agricultura, das Finanças e dos Transportes (MACIEL, M., 1999), e a União Democrática Ruralista (UDR), principal representante rural na Constituinte, reforçando pautas conservadoras-liberais.

Contudo, esse “centro” também aglutinava interesses bastante diversos, o que impediu uma maior resistência às pautas da esquerda, algumas das quais concretizadas com a Constituição. Em boa medida, como dito, tais ganhos refletiram o fortalecimento de movimentos operários e sociais desde a segunda metade dos anos 1970.

A formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), em 1984, explicitaria o caráter classista da luta social nos anos 1980 e intensificaria a luta de classes a partir dessa maior organização, em âmbito nacional, dos movimentos trabalhistas e sociais. Até 1980, a oposição

³² Outras importantes medidas aprovadas foram a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a estabilidade do emprego após 90 dias de experiência, duas das principais demandas do movimento sindical (MACIEL, M., 1999).

partidária ao regime militar se concentrava no MDB, único partido legal, que, até por isso, agregava desde alas mais conservadores a outras mais radicais. Após a extinção do bipartidarismo, surgiria o PMDB (15 de janeiro de 1980), além de outros partidos, que seriam criados inclusive com dissidentes do MDB, como o próprio o PT.

Quanto ao movimento grevista, houve uma certa retração no início dos anos 1980, porém, que logo se reverteria entre 1983 e 1984, expandindo-se contínua e expressivamente até 1989, com impactos positivos sobre o salário real de algumas categorias. Isso evidencia uma maior capacidade de barganha dos segmentos mais organizados dos trabalhadores, mas não dos setores menos qualificados, cuja capacidade de defesa dos rendimentos frente à inflação permaneceu bastante limitada (PINTO, 2019).

Ademais, teve importância crucial na definição dos moldes em que se daria a luta social nos anos 1980, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), através da constituição e consolidação de uma associatividade de base popular, originada ainda na ditadura militar (FONTES, 2010). Como visto, além das CEBs, havia também outros movimentos sociais de caráter popular, tais como as Associações de Moradores, as associações de pequeno porte antirracistas, antissexistas e antiautoritárias, além das ONGs, cujas reivindicações centravam-se na questão antiditatorial (FONTES, 2010).

No caso específico da saúde, a denúncia crescente por parte de tais movimentos e partidos de oposição, assim como do movimento mais direcionado, sanitarista, tiveram impactos positivos tanto para a expansão do sistema ainda no período militar como para alterar a forma como a saúde era enxergada, forjando as bases para a reforma universalizante de 1988.

O fato é que os movimentos trabalhistas e sociais se expandiram, contribuindo para a abertura política e posteriormente para os ganhos sociais da Constituição de 1988. Porém, não parecem ter desempenhado papel relevante na questão antiestatização e para o desgaste do desenvolvimentismo, ao menos diretamente. Indiretamente, sua luta pela redemocratização pode ter contribuído para isso, por tabela, até por representar uma pauta que parte da burguesia – essa sim defensora do movimento antiestatização – passou a adotar oportunisticamente, com a real intenção de aumentar sua participação nas esferas decisórias do Estado e expandir o “sistema de livre empresa”, como visto.

5 Conclusão

Conforme se procurou demonstrar, o processo de enfraquecimento do intervencionismo desenvolvimentista e de posterior consolidação de um projeto neoliberal no Brasil é bastante complexo e envolve uma série de fatores, internos e externos. Até por isso as resultantes nem sempre foram óbvias e coerentes.

Por um lado, como geralmente costuma ocorrer, foi fortemente influenciado pelo movimento vindo do centro do capitalismo, ou, mais especificamente, pelas pressões daí oriundas, espelhando interesses de suas empresas multinacionais, assim como geopolíticos mais amplos.

Internamente, embora não independentemente, o posicionamento antiestatização no meio empresarial e midiático se manifestou de forma mais visível a partir de meados dos anos 1970, após o maior fechamento das esferas decisórias governamentais, mas aproximadamente até o fracasso do Plano Cruzado, ainda havia parcelas relevantes da burguesia - sobretudo a nacional do setor de bens de capital - que endossavam medidas mais intervencionistas, como as propostas por parte dos “economistas críticos”, que representavam a oposição ao regime civil-militar e a partir de 1985 passaram a integrar a equipe econômica do governo Sarney.

A aliança entre essas duas últimas partes havido sido reforçada no contexto de luta pela reabertura política, embora as motivações reais não fossem essencialmente as mesmas. No caso dos segmentos empresariais participantes parecia se ligar mais à busca por uma maior influência nos núcleos de decisão do governo, assim como na campanha explícita antiestatização, enquanto para os “economistas críticos” de fato por uma sociedade democrática e menos desigual.

De qualquer forma, quando se aproxima do final dos anos 1980 já era praticamente consensual no meio empresarial a visão de que havia um excesso de estatismo na economia e de que a retomada do dinamismo desta exigiria reformas liberais que “abrissem caminho” ao protagonismo do setor privado.

No mais, embora no Brasil a motivação mais premente por trás da transição ao neoliberalismo não tenha sido a de se conter uma ascensão vista como excessiva das classes subalternas – como o foi no caso dos países centrais -, houve, desde a segunda metade dos anos 1970, um fortalecimento razoável dos movimentos operários e sociais, diversos. Este aspecto, por sua vez, explicou em boa medida a concretização de importantes ganhos sociais na Constituição de 1988, quando mundo afora a tendência foi a de redução, ou ao menos de congelamento, dos direitos sociais contidos nos Estados de Bem-Estar Social do pós-guerra.

A resultante mais ampla desse processo no país foi, assim, a transição a uma democracia ainda com fortes traços da ditadura civil-militar, uma Constituição marcada pela heterogeneidade de interesses, mas comportando importantes avanços sociais, e, um pouco mais tarde, a consolidação de um novo projeto hegemônico (ou estrutura institucional), neoliberal, expressando um reordenamento das posições de poder dentro das classes dominantes e destas em relação às classes dominadas.

Em termos de teoria econômica, a contrapartida foi a ascensão de visões macroeconomicamente ortodoxas, defendidas sobretudo por autores ligados à USP, FGV-RJ e PUC-RJ, que atuavam como intelectuais orgânicos do neoliberalismo.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, S. H. “Empresa estatal e capitalismo: uma análise comparada”. In: MARTINS, C. E. (org.) “Estado e capitalismo no Brasil”. São Paulo: Hucitec, 1977.

BASTOS, C. P. “Inflação e estabilização”. In: “FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Orgs.). “Polarização mundial e crescimento”. Petrópolis, Editora Vozes, p. 201-241, 2001.

BASTOS, C. P.; NETO, M. R. “Moeda, Inércia, Conflito, o Fisco e a Inflação: Teoria e Retórica dos Economistas da PUC-RJ”. *Revista Econômica*, V. 16, Nº 1 – Junho, 2014.

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. “A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira”. In: BELLUZZO, L. G.; BATISTA JR., P. N. (Orgs.). “A luta pela sobrevivência da moeda nacional – ensaios em homenagem a Dilson Funaro”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BIANCHI, A. G. “O Ministério dos industriais: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990”. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

BOITO JR., A. “O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical”. Campinas: UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991

BOITO JR., A. “Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil”. 1ª edição, Xamã Editora, 1999.

BRANDÃO, R. V. M. “A ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel (1974-1979)”. *Texto para Discussão nº 9*, POLIS, Laboratório de História Econômico – Social, agosto, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “O Documento dos 12 e as Propostas do PMDB”. *Folha de São Paulo*, 16 de agosto de 1983.

CARNEIRO, R. “Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX”. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

CAVALIERI, T.; GAREGNANI, P.; LUCCI, M. “Full Employment and the Left”. *La Rivista del Manifesto*, n.48, march, 2004.

CODATO, A. N. “A Burguesia Contra o Estado? Crise Política, Ação de Classe e os Rumos da Transição”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 4/5, 1995.

CRUZ, S. C. V. “Estado e Economia em Tempos de Crise. Política Industrial e Transição Política no Brasil nos Anos 80”. Tese de Livre-Docência, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1992.

CRUZ, S. C. V. “Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)”. Campinas: Unicamp, São Paulo: Fapesp, 1995.

CRUZ, S. C. V. “Estado e planejamento no Brasil: 1974/1976 (notas sobre um trabalho de Carlos Lessa)”. In: CRUZ, S. C. V. “*O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*”. Campinas: Unicamp/IFCH, 1997.

DINIZ, E. “Globalização, Reforma do Estado e Teoria Democrática Contemporânea”. *São Paulo em Perspectiva*, 15(4), 2001.

DREIFUSS, R. A. “O Jogo da Direita na Nova República”. Editora Vozes, Petrópolis, 1989.

EVANS, P. “Empresas Multinacionais e Relações Brasil-EUA”. *Revista de Administração de Empresas*, 19(3): 35-50, Rio de Janeiro, jul./set. 1979.

FONTES, V. “O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História” Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GASPAR, D. “O Dólar, os Conflitos Distributivos Nacionais e a Cooperação Monetária Europeia”. Tese de Doutorado, UFRJ – IE, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2015.

GROS, D. “Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, no. 54, São Paulo, fevereiro de 2004.

KALECKI, M. “Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego”. In: KALECKI, M. “Crescimento e Ciclo das Economia Capitalistas”. Editora Hucitec, São Paulo, 1983.

KORPI, W. “Political and Economic Explanation of Unemployment: A Cross-National and Long-Term Analysis”. *British Journal of Political Science*, Vol. 21, No. 3, pp. 315-348, 1991.

KOTZ, D. “Interpreting the social structures of accumulation theory”. In: KOTZ, D.; MCDONOUGH, T.; REICH, M. “Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis”. Cambridge University Press, 1994.

KOTZ, D. “The Rise and Fall of Neoliberal Capitalism”. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts & London, England, 2015.

LESSA, C. “A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso”. Campinas: Unicamp. IE, 1978.

MACIEL, D. “Democratização e Manutenção da Ordem na Transição da Ditadura Militar à Nova República (1974 – 1985)”. Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Universidade Federal de Goiás, 1999.

MACIEL, M. C. “Metamorfoses do Estado Brasileiro do II PND ao Governo FHC”. Tese de Doutorado em Ciências Econômicas, Instituto de Economia – UNICAMP, 1999.

MCDONOUGH, T.; REICH, M.; KOTZ, D. “Introduction: Social Structures of Accumulation Theory for the 21st Century”. In: MCDONOUGH, T.; REICH, M.; KOTZ, D. “Contemporary Capitalism and Its Crises: Social Structures of Accumulation Theory for the 21st Century”. Cambridge University Press, 2010.

MEDEIROS, C. A. “Auge e declínio dos estados desenvolvimentistas. Novos desafios”. *Parc. Estrat.*, Brasília-DF, v. 15, n. 30, p. 159-176, 2010.

MELLO, J. M. C.; BELLUZZO, L. G. “Introdução”. In: FÓRUM GAZETA MERCANTIL (Org.). “FMI X Brasil: A armadilha da recessão”, Gazeta Mercantil S.A. Editora Jornalística, novembro de 1983.

- MORAES, R. “O Canto do Cisne do Desenvolvimentismo Brasileiro. Uma Análise das Relações do Empresariado Industrial com o Estado, do II PND à Crise dos Anos 1980”. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UNICAMP, 2018.
- PANITCH, L.; GINDIN, S. “The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire”. New York: Verso, 2012.
- PINTO, E. “Nova República (1985-1989): transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo”. *Texto para Discussão 007*, Instituto de Economia – UFRJ, 2019.
- RODRIGUES, P. H. “A campanha "antiestatização" e o desempenho das principais empresas estatais (1965-1985)”. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, p. 44-73, out/dez. 1990.
- SADER, E.; SANDRONI, P. “Luchas obreras y táctica burguesa em Brasil”. *Cuadernos Políticos*, número 26, México D. F., ed. Era, pp. 51-63, octubre-diciembre, 1980.
- SAES, D. “República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil”. Boitempo Editorial, 2001.
- SALLUM JR., B. “Labirintos. Dos gerais à Nova República”. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SERRANO, F. “Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento”. In: FIORI, J.L. e MEDEIROS, C.A. “Polarização mundial e crescimento”. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- SERRANO, F. “Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível”. In: FIORI, J. L. (Org.). “O Poder Americano”. Vozes, 2004.
- SERRANO, F. “Acumulação de Capital, Grau de Utilização da Capacidade e Distribuição nos Modelos Pós Keynesianos”. IE-UFRJ, 2015.
- WADE, R.; VENEROSO, F. “The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street Treasury IMF Complex”. *New Left Review*, n. 228, 1998.